

ETAPAS DO PROCESSO DE ENFERMAGEM: UMA REVISÃO NARRATIVA

Marisa Gomes dos Santos¹, Julia Valeria de Oliveira Vargas Bitencourt², Tatiana Gaffuri da Silva³, Gloriana Frizon⁴, Adrean Scremin Quinto⁵

Objetivo: Analisar produção científica (2005/2016) sobre etapas do Processo de Enfermagem (PE) nos serviços de saúde. **Metodologia:** Revisão narrativa, com descritores: "Processos de enfermagem" AND "cuidados de enfermagem" or "assistência de enfermagem" AND "sistematização", "Nursingprocess" AND "Nursingcare" or "Assistance" AND Systematization. **Resultados:** Evidenciaram-se três categorias: estudos que destacam a Legislação do PE; outros que discutem como se configuram as Etapas do PE e por fim artigos que descrevem reflexões sobre a operacionalização na prática do PE. **Conclusão:** Há problemas na adesão do PE, registros incompletos, desconhecimento e sobrecarga, embora descrito e sustentado legalmente. Fica explícito que para evoluir cientificamente os profissionais são desafiados a superação de problemáticas. Somente com ações fundamentadas e reconhecidas, haverá a qualificação assistencial.

Descritores: Palavras-chave: Processo de Enfermagem, Cuidado de Enfermagem, Legislação.

STAGES OF THE NURSING PROCESS: A NARRATIVE REVIEW

Objective: To analyze scientific production (2005/2016) on stages of the Nursing Process (PE) in health services. **Methodology:** Narrative review, with descriptors: "Nursing processes" AND "nursing care" and "nursing care" AND "systematization", "Nursingprocess" AND "Nursingcare" or "Assistance" AND Systematization. **Results:** There were three categories: studies highlighting EP Legislation; others that discuss how the EP Steps are configured and finally articles that describe reflections on the operationalization in EP practice. **Conclusion:** There are problems in EP adherence, incomplete records, lack of knowledge and overload, although described and legally supported. It is explicit that in order to scientifically evolve, professionals are challenged to overcome problems. Only with well-founded and recognized actions will there be the qualification of care.

Descriptors: Nursing Process, Nursing care, Legislation.

ETAPAS DEL PROCESO DE ENFERMERÍA: UNA REVISIÓN NARRATIVA

Objetivo: Analizar la producción científica (2005/2016) en las etapas del proceso de enfermería (PE) en los servicios de salud. **Metodología:** Revisión narrativa, con descriptores: "proceso de enfermería" Y "cuidados de enfermería" o "atención de enfermería" Y "sistemática", "Nursingprocess" Y "Nursingcare" o "asistencia" y sistematización. **Resultados:** Evidenciaram-se três categorias: estudos que destacam a Legislação do PE; outros que discutem como se configurem como Etapas do PE y por fim artigos que descrevem reflexões sobre a operacionalização na prática do PE **Conclusión:** Hay problemas en el número de miembros del PE, registros incompletos, la ignorancia y la sobrecarga, aunque se ha descrito y con el apoyo legal. Es explícito de que para desarrollar científicamente profesionales tienen el reto de superar los problemas. Sólo con acciones motivados y reconocidos, habrá una calificación de la asistencia.

Descriptores: Processo de Enfermagem, cuidados de enfermería, en funciones legislación.

¹Enfermeira. Universidade Federal da Fronteira Sul. marisagschaves@yahoo.com.br

²Enfermeira. Mestre. Doutoranda. Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, campus Chapecó. Julia.bitencourt@uffs.edu.br

³Enfermeira. Pós graduada em Terapia Intensiva. Mestre em ciências da saúde humana. Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, campus Chapecó. Tatiana.silva@uffs.edu.br

⁴Enfermeira. Pós graduada em Terapia Intensiva. Mestre em Enfermagem. Coordenadora da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Regional do Oeste - HRO. gloria_ana_cco@hotmail.com

⁵Enfermeiro Especialista em administração hospitalar. Docente da Universidade comunitária regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ. adren@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO

O Processo de enfermagem (PE) constitui-se em uma importante ferramenta para colocar em prática o conhecimento da enfermagem, organizando e qualificando o cuidado prestado⁽¹⁾. Esse método “é considerado sistemático, pois sua operacionalização consiste em cinco etapas distintas, porém interdependentes e inter-relacionadas: Histórico, Diagnóstico de Enfermagem, Planejamento, Implementação e Avaliação. A identificação dessas etapas e o desenvolvimento racional do sequenciamento são úteis para o processo de raciocínio [...]”^(2: 495). Assim sendo, o enfermeiro deve desenvolver o pensamento crítico-reflexivo, que contempla a capacidade de julgamento e o raciocínio clínico para melhor interpretar as informações obtidas em seus achados⁽³⁾.

O PE é considerado uma metodologia que estabelece e facilita a relação enfermeiro-cliente, a qual fortalece e dá segurança à tomada de decisão na assistência de enfermagem respaldada cientificamente⁽⁴⁾. Além disso, se reflete em expressiva melhora da assistência devido ao planejamento individualizado das ações de enfermagem⁽⁵⁾.

Todavia, para que o PE seja, de fato, uma ferramenta norteadora da práxis da enfermagem eficiente e segura, precisa ser usada de forma a integrar todas suas etapas. Dessa forma, interessa investigar, na literatura atual, como os profissionais enfermeiros tem aplicado na prática dos serviços de saúde, as etapas do Processo de Enfermagem?

Diante disso, essa pesquisa tem como objetivo, analisar a produção científica atual sobre a aplicação das etapas do Processo de Enfermagem (PE) nos serviços de saúde.

METODOLOGIA

Conferiu uma discussão da aplicação das etapas do PE foram excluídos, tal qual, dissertações e ou teses, fora do recorte temporal, repetições e arquivos em formato distinto a um artigo.

Para tal, realizou-se busca nas seguintes base de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Base de Dados em Enfermagem (BDENF); National Library of Medicine, USA (MEDLINE/PUBMED - NLM); Scientific Electronic Library Online (SciELO). A seleção dos periódicos respeitou o recorte temporal de 2005 a 2016 e por haver interesse em publicações atuais. Aplicou-se a combinação dos seguintes descritores e booleanos: “Processos de enfermagem” AND “cuidados de enfermagem” or “assistência de enfermagem” AND “sistematização”, para a base MEDLINE/PUBMED realizou-se a busca em português e inglês, acrescentando-se as expressões: “Nursingprocess” AND “Nursingcare” or “Assistance” AND Systematización.

Assim sendo, através da pesquisa obteve-se 112 publicações, distribuídas da seguinte forma: 47 artigos

na LILACS, 50 na BDENF, 3 na MEDLINE/PUBMED e 12 na SciELO. Na sequência, foram obtidos integralmente os textos dos artigos. Após leitura minuciosa, foram selecionados no estudo, 5 artigos da LILACS e 1 da BDENF, totalizando 6 artigos para o estudo. A apresentação e análise de dados foi organizada por meio de dois quadros; no primeiro, apresentou-se uma síntese dos artigos visando caracterizá-los, enquanto que no segundo foram compilados os temas que emergiram desses artigos em três categorias as quais caracterizam a convergência temática dos artigos, assim discutindo a legislação do PE, sobre as etapas do PE e por fim reflexões sobre a operacionalização do PE na prática.

RESULTADOS

Os resultados da presente revisão foram dispostos em quadro, para melhor visualização e análise.

Quadro 1 – Características dos estudos selecionados

REFERENCIA	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO
Leite de Barros, ALB; Lopes, JL. A legislação e a Sistematização da Assistência de Enfermagem. Enfermagem em Foco 2010; 1(2):63-65(6).	Artigo de reflexão	Apresentar aspectos da Legislação e ética do processo de enfermagem (PE) e da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) com a finalidade de instrumentalizar o enfermeiro no cotidiano de seu trabalho.
Oliveira, APC; Coelho, MEAA; Almeida, VCF; Lisboa, KWSC; Macedo, ALS. Sistematização da Assistência de Enfermagem: implementação em uma unidade de terapia intensiva. Rev Reme. 2012; 13(3):601-12(7).	Artigo original Qualitativo	Relatar a experiência de implementação da SAE, por meio da metodologia do PE, das etapas ainda não desenvolvidas na instituição.
Pimpão, FD; Lunardi Filho, WD; Vaghetti, HH; Lunardi, VL. Percepção da equipe de enfermagem sobre seus registros: Buscando a Sistematização da Assistência de Enfermagem. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2010jul/set; 18(3):405-10(8).	Artigo Original Qualitativo, exploratório, descritivo.	Conhecer a percepção da equipe de enfermagem acerca dos registros para a SAE.
Moreira RAN, Pereira LDB, Siqueira AEOB; Barros LM, Frota NM, LUNA IT. Sistematização da Assistência de Enfermagem em unidade neonatal. CogitareEnferm. 2012 Out/ Dez; 17(4):710-6(9).	Artigo original Qualitativo, descritivo.	Identificar as dificuldades e contribuições na implementação da SAE em unidade neonatal na visão de enfermeiros.

Duarte P, Ellensohn L. Operacionalização do Processo de Enfermagem em Terapia Intensiva Neonatal. R Enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2007 out/ dez; 15(4):521-6(10).	Artigo Original qualitativo descritivo e exploratório	Conhecer as etapas do PE aplicadas na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) investigada, sua forma de aplicação e de registro.
Repetto MA, Souza MF. Avaliação da realização e do registro da Sistematização da Assistência de Enfermagem em um Hospital Universitário. vBrasEnferm2005 maio-jun; 58(3):325-9(11).	Artigo Original Quantitativo, descritivo, retrospectivo.	Identificar a realização e o registro das etapas da SAE pelo PE e também os diagnósticos de enfermagem mais frequentes.

Após criteriosa leitura e análise dos artigos eleitos para o presente estudo, pode-se categorizá-los conforme o delineamento temático de cada um. Assim resultaram três categorias: Legislação do PE; Etapas do PE; Reflexões sobre a prática do PE.

Quadro 2 - Delineamento temático

Legislação do PE ⁽⁶⁾	No artigo, os autores apresentam as leis e resoluções relacionadas ao PE, bem como, reforçam que embora o PE seja legalmente sustentado, ainda há divergências entre o campo do conhecimento e a sua aplicabilidade prática.
Etapas do PE ⁽¹⁰⁻¹¹⁾	Os artigos constataram insuficiência na aplicação das etapas do PE, não ocorre de forma organizada, é incompleta e algumas vezes informal. Os registros são precários ou inexistentes, prejudicando a continuidade da assistência, bem como a qualidade dos serviços prestados.
Reflexões sobre a prática do PE ⁽⁷⁻⁹⁾	Nessa categoria, aparecem relatos demonstrando a valorização que certas instituições de saúde expressam quanto a implementação do PE, o que favorece a sua viabilização. Contudo, no que tange aos obstáculos, se evidencia que a falta de conhecimento ou maior intimidade com tal método, revela a necessidade de investir em educação continuada para os profissionais. Além disso, outras barreiras que dificultam a efetivação do PE giram em torno da inadequação dos recursos humanos e materiais.

DISCUSSÃO

Legislação do PE

Os resultados apontam que o PE está legalmente amparado pela Resolução do COFEN nº 358/2009 que o caracteriza com cinco etapas inter-relacionadas e recorrentes. Esta resolução, em seu art. 3º, determina ainda que: “O Processo de Enfermagem deve estar baseado num suporte teórico que oriente a coleta de dados, o estabelecimento de diagnósticos de enfermagem e o planejamento das ações ou intervenções de enfermagem; e que forneça a base para a avaliação dos resultados de enfermagem alcançados” ⁽¹²⁾.

Posteriormente a legislação nos traz a resolução 429 de 2012 que “dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da enfermagem, independente do meio de suporte - tradicional ou eletrônico” ⁽¹³⁾. Ou seja, a legislação do COFEN além de determinar que o PE tenha a sua aplicação na íntegra, com todas as suas etapas, também sustenta esse registro.

Ainda, a legislação por meio da resolução 514/2016 que aprova o guia de recomendações para registro de enfermagem no prontuário do paciente e outros documentos de enfermagem, o qual padroniza os registros mencionando que estes devem ser realizados a cada 24h ⁽¹⁴⁾.

No cenário da legislação em enfermagem e órgãos de classe cita-se a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) que “foi impulsionadora do movimento em prol da criação e implantação do Conselho Federal de Enfermagem e Conselhos Regionais de Enfermagem em todos os Estados do Brasil”. Esta organização de classe com caráter federativo demonstra “que a integração entre todos os entes representativos da enfermagem torna a profissão forte, competente e reconhecida”. Criados para responder às necessidades e expectativas da categoria, a estruturação dos conselhos regionais “contribuiu, ao longo de sua história, para a regulamentação da profissão, definindo e estabelecendo parâmetros legais e éticos para o exercício profissional” ^(15:186).

Além de preconizar que o PE seja realizado em todos os ambientes públicos ou privados que prestam serviços de enfermagem, cabe ao enfermeiro realizá-lo: “A aplicação de uma assistência de enfermagem sistematizada é a única possibilidade do enfermeiro atingir sua autonomia profissional e constitui a essência de sua prática profissional” ^(6:64).

Diante disso, evidencia-se que legalmente existe um desenho que discrimina o desenvolvimento deste, de tal maneira que se determina quem/ onde/quando/ como/ se deve aplicá-lo, entretanto, na prática a conformidade legitimada não se configura em realidade.

Etapas do PE

Lembrando o que Wanda Horta já afirmava, o PE é caracterizado pelo inter-relacionamento e dinamismo de suas fases ou passos (13), da mesma forma que a resolução nº 358/2009, em seu artigo 6º, determina que a execução do PE seja registrada formalmente seguindo a sequência determinada. Assim sendo, entende-se que o PE viabiliza autonomia a partir de sua execução completa, respeitando-se a sequência de suas etapas.

Logo, “não se pode pensar em uma sistematização eficiente, sem que todas as fases sejam realizadas, uma vez que elas são interdependentes. Os problemas, as necessidades identificadas permitem as conclusões diagnósticas, a prescrição, o cuidado e possibilita a continuidade do trabalho e documentação da assistência de enfermagem prestada” (11: 328).

Todavia, um dos autores incluso na categoria, ora discutida, menciona que há algumas lacunas no cumprimento e no registro das fases do PE. Neste interim, o fato do PE “ter sido implantado no Brasil há mais de três décadas, estar contemplado nos currículos das escolas de Enfermagem, constar na lei do exercício profissional dos enfermeiros e ser reconhecido na prática”, não impede as falhas desse processo, sejam elas na aplicação integral ou no registro completo das informações (10: 522). Expressando, assim, contradições entre o que se ensina/aprende e o que se executa, essas são consequências decorrentes do modelo de ensino dos profissionais, da visão institucional e do comprometimento dos próprios profissionais, bem como da ausência de um referencial teórico específico para nortear a sequência de desenvolvimento do PE (10).

Sendo que esta problemática identificada nos resultados é reforçada por outros autores, quando destacam sobre a apresentação incompleta dos registros de enfermagem e suas etapas (17,18). Em virtude do cenário atual na aplicação das etapas do PE, permanece o desafio para os profissionais da enfermagem, bem como academia e os próprios serviços de saúde, no sentido de conciliarem estratégias que visem evitar a ocorrência das lacunas constatadas.

Reflexões sobre a Prática do PE

Há de considerar ainda as dificuldades operacionais existentes, citadas em um considerável número de artigos, os quais mantêm unanimidade em apontar os principais argumentos quanto a realização parcial ou não realização do PE, bem como de seu adequado registro. Neste contexto, a insuficiência de recursos humanos; excesso de atribuições do enfermeiro que consequentemente implica no tempo para realizar os registros de enfermagem; desconhecimento quanto a metodologia de trabalho, escassez de recursos

materiais e em especial a resistência ao novo e/ou não valorização do método são apontadas em diferentes regiões do país (7-9,11).

Ainda, a ideia de submissão, vinculada ao exercício da enfermagem, dificulta a realização do PE, uma vez que o enfermeiro, muitas vezes, deixa de cumprir suas atribuições para dar apoio a outros profissionais (8).

Os estudos também revelam as dificuldades para a operacionalização do PE. Indicam que desconhecimento, ausência de delimitação de um referencial teórico e metodológico, dificuldades estruturais, de recursos humanos e formação impõe obstáculos reais, bem como, a inconsistente parceria entre academia e serviços (18,19).

Os artigos apontam uma realidade contumaz em termos de obstáculos, quando mencionam o quantitativo de profissionais disponíveis nos serviços para a execução do PE e sobrecarga de trabalho. Por outro lado, expressam o quanto é necessário que a enfermagem assuma um status social que lhe confira o devido reconhecimento e valorização da profissão e, para tanto, há que se investir em formação continuada e permanente.

CONCLUSÃO

O estudo revela que, embora a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e consequentemente o PE, parte integrante da SAE, se constitua em tema recorrentemente tratado por diferentes autores mundiais com o indicativo de que a metodologia em foco se traduz como facilitadora e organizativa do trabalho do profissional da enfermagem, essa prática ainda não está integralmente implantada.

Seu desenvolvimento é incompleto, restrito a algumas etapas, em geral ao histórico, seguido da evolução de enfermagem. Em algumas instituições, são elencados alguns diagnósticos, e seu registro na maioria das vezes não ocorre como deveria, ou seja, no prontuário. Contudo, a ausência das demais fases do PE inviabiliza as ações do enfermeiro, pois não há sustentação científica suficiente para fundamentá-las.

Ainda que os argumentos para a não realização do PE estejam permeados pela deficiência de recursos materiais e humanos, sabe-se que há visível resistência em aderir a tal prática, devido a ideia de aumento de responsabilidade/tarefas para o profissional e sua equipe, mesmo estando previsto na legislação de classe vigente.

O que não se considera, é que se adequadamente aplicado, agiliza e facilita as ações desenvolvidas, evitando retrabalho, pois direciona as condutas dos profissionais, refletindo-se em resultados positivos, uma vez que estes são avaliados e replanejados, se necessário. Nesse cenário, fica explícito que, para uma concreta evolução científica da enfermagem, os

profissionais são desafiados à superação de problemáticas a muito já reveladas. Enfim, somente com ações fundamentadas e empenho para a efetivação de uma prática cientificamente

reconhecida, a enfermagem conquistará seu espaço, bem como, qualificará sua assistência.

REFERÊNCIAS

1. Yilmaz FT, Sabanciogullari S, Aldemir K. The Opinions of Nursing Students Regarding the Nursing Process and Their levels of proficiency in Turkey. *J Sci Caring* [Internet]. 2015 [Citado 2015 Dec]; 4 (4): 265-275. Disponível em: <doi: 10.15171 / jcs.2015.027>.
2. Cossa RMV, Almeida MA. Facilidades no ensino do Processo de Enfermagem na perspectiva de docentes e enfermeiros. *Rev Rene* [Internet]. 2012 [Citado em 2012]; 13(3):494-503. Disponível em: < doi http://dx.doi.org/10.15253/rev%20rene.v13i3.3965>
3. Carbogim FC, Oliveira LB, Püschel VAA. Pensamento crítico: análise do conceito sob a ótica evolucionista de Rodgers. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [Internet]. 2016 [citado 2016]; 24:e2785. Disponível em: <DOI: 10.1590/1518-8345.1191.2785 www.eerp.usp.br/rlae>
4. Silva EA, Machado M AA, Ribeiro KR, Shimoda E. Percepção de enfermeiros quanto à implementação do Processo de Enfermagem em uma Unidade de Terapia Intensiva adulta do noroeste fluminense. *Revista Científica LinkSciencePlace Interdisciplinar* [Internet]. 2014 [Citado 2014]; 1 (2): 63-77. Disponível em: <D.O.I: 10.17115/2358-8411/v1n2a5>
5. Souza LP, Vasconcellos C, Parra AV. Processo de enfermagem: Dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros de um Hospital público de grande porte na Amazônia, Brasil. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR* [Internet]. 2015 [Citado 2015]; 10(1):05-20. Disponível em: <http://www.mastereditora.com.br/bjscr>
6. Leite de Barros ALB, Lopes JL. A legislação e a sistematização da assistência de enfermagem. *Enfermagem em Foco* [Internet]. 2010 [Citado 2010]; 1(2):63-65. Disponível em: < http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/17/18>
7. Oliveira APC, Coelho MEAA, Almeida VCF, Lisboa KWSC, Macedo ALS. Sistematização da Assistência de Enfermagem: implementação em uma unidade de terapia intensiva. *Rev Rene* [Internet]. 2012 [citado 2012]; 13(3):601-12. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/bvsvs/resource/pt/bde-24393>
8. Pimpão FD, Lunardi Filho WD, Vaghetti HH, Lunardi VL. Percepção da equipe de enfermagem sobre seus registros: buscando a Sistematização da Assistência de Enfermagem. *Rev. enferm. UERJ* [Internet]. 2010 [Citado 2010]; 18(3):405-10. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v18n3/v18n3a12.pdf>
9. Moreira RAN, Pereira LDB, Siqueira AEOB, Barros LM, Frota NM, Luna IT. Sistematização da Assistência de Enfermagem em unidade neonatal. *CogitareEnferm* [Internet]. 2012 [Citado 2012 Out/Dez]; 17(4):710-6. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/30379>
10. Duarte APP, Ellensohn L. Operacionalização do Processo de Enfermagem em terapia intensiva neo natal. *R Enferm UERJ* [Internet]. 2007 [Citado]; 15(4):521-6. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=14947&indexSearch=ID>
11. Reppetto MA, Souza MF. Avaliação da realização e do registro da Sistematização da Assistência de enfermagem em um hospital universitário. *RevBrasEnferm* [Internet]. 2005 [Citado 2005]; 58(3):325-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000300014&script=sci_abstract&tlng=pt>
12. Brasil. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 358 de 15 de outubro de 2009: Dispõe sobre a SAE e o PE e dá outras providências. Rio de Janeiro, COFEn; 2009. In: Conselho Federal de Enfermagem [legislação na internet]. Brasília; 2009. [citado 2009 outubro 15]. Disponível em: <http://novo.portalcofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html>
13. Brasil. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 429/2012, de 30 de maio de 2012. Dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da enfermagem, independente do meio de suporte – tradicional ou eletrônico. In: Conselho Federal de Enfermagem [legislação na internet]. Brasília; 2012. [citado 2012 maio 30]. Disponível em:< http://www.cofen.gov.br>. Acesso em: 27 de outubro de 2017.
14. Brasil. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 514/2016. Que aprova o Guia de Recomendações para os registros de enfermagem no prontuário do paciente, com a finalidade de nortear os profissionais de Enfermagem. [Documento internet] 2016. Disponível em: < http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05142016_41295.html>. Acesso em: 15 ago. 2017
15. Neiva MJLM, Nunes BMVT, Gonçalves LC. Reflexões sobre a trajetória do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí. *Enferm. Foco* [Internet]. 2013 [Citado 2013]; 4(3,4) 184 – 186. Disponível em: <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/548>
16. Horta WA. Processo de enfermagem / Wanda de Aguiar Horta, com a colaboração de Brigitta E. P. Castellanos. – São Paulo: EPU 1979.
17. Soares MI, Resck ZMR, Terra FS, Camelo SHH. Sistematização da assistência de enfermagem: facilidades e desafios do enfermeiro na gerência da assistência. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm* [Internet]. 2015 [Citado 2015]; 19 (1): 47-53. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n1/1414-8145-ean-19-01-0047.pdf>
18. Santos DM, Sousa FG, Paiva MV, Santos AT. Construção e implantação do Histórico de Enfermagem em Terapia Intensiva Pediátrica. *Acta Paul Enferm* [Internet]. 2016 [Citado 2016]; 29(2):136-45. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/ape/v29n2/1982-0194-ape-29-02-0136.pdf>
19. Medeiros AL, Santos SR, Cabral RWL. Desvelando dificuldades operacionais na sistematização da assistência de enfermagem através da Grounded Theory. *Rev. Eletr. Enf.* [Internet]. 2013 [Citado 2013];15(1):44-53. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5216/ree.v15i1.15323.